



Jornal do SINSERPU

Juiz de Fora - Agosto 2021

IMPRESSO
Nº305



REPOSIÇÃO SALARIAL DE 4,51% E RETROATIVIDADE

Em um começo de campanha salarial vitorioso, o SINSERPU-JF (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora) conseguiu para a categoria uma reposição de 4,51% (índice do IPCA do período), com retroatividade em janeiro. A proposta da Prefeitura foi aceita pelos servidores, em Assembleia virtual, e comunicada imediatamente à Administração Municipal. O reajuste já apareceu no contracheque de junho, e a retroatividade será quitada de agosto a dezembro. Outros itens da pauta de reivindicações ainda estão sendo negociados. Pag 3

EM DEFESA DO DEMLURB



O SINSERPU-JF não aceita a transformação do DEMLURB em CELURB – ideia proposta pela Prefeitura. A resistência do Sindicato produziu a suspensão da tramitação do projeto na Câmara e a criação de um Grupo de Trabalho para discutir melhor o assunto. Pag 4

SINSERPU-JF MOVE AÇÃO COLETIVA CONTRA PERDAS DO FGTS

O SINSERPU-JF está na Justiça para contestar e revisar os valores depositados no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). O montante à disposição do trabalhador está defasado em função de uso de índice de correção inadequado desde janeiro de 1999. Pag 2

SINDICATO REIVINDICA AJUSTE NO VALOR DO TICKET ALIMENTAÇÃO. PAG 3



VACINA PRIORITÁRIA PARA TRABALHADORES
DA LINHA DE FRENTE. PAG 3

NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA



A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 32/20, que trata da Reforma Administrativa, é altamente danosa para o servidor público e para a sociedade em geral, e representa o fim do serviço público. O SINSERPU-JF não mede esforços para barrar a proposta. Pag 4

PELA VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM



O SINSERPU-JF continua na vanguarda da luta dos profissionais da enfermagem por um piso salarial justo e uma jornada de trabalho de 30 horas. Pag 4

APCR E PMAQ GARANTIDOS PARA OS TRABA-
LHADORES. PAG 2

INCORPORAÇÃO DAS SERVIDORAS DA AMAC
APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO. PAG 3

EDITORIAL

Caros servidores, prezadas servidoras,

Nossa missão é lutar pela dignidade e pelos direitos do trabalhador, por condições de trabalho realmente justas e principalmente por emprego e renda.

A função do Sindicato é ajudar no crescimento social e humano, com o compromisso com a justiça, a verdade, o diálogo e a transparência. E promover a qualidade de vida de seus associados e também ações de relações e integração junto à comunidade.

Nossos valores são únicos e universais, sempre baseados na ética. Buscamos a justiça e a verdade, com princípios morais e sociais. Afinal, se queremos justiça temos que ser justos.

Para cumprir nossa missão assumimos nossos compromissos: transparência nas ações entre o Sindicato e os poderes constituídos e na prestação de contas do Sindicato diante dos servidores e associados; segurança nas respostas das solicitações dos associados/servidores; viabilizar convênios que tragam qualidade e facilidade de atendimento às demandas da vida cotidiana do servidor/associado; criar atividade social extra, para que o trabalhador tenha condições de acesso à cultura, educação e integração social; não permitir nenhuma retirada de direitos, e ter compromisso com a informação, atualizada e acessível a todos.

Com essa diretoria podemos cumprir nossa missão e objetivos. Juntos vamos construir uma nova história. Estamos passando por momentos difíceis. Nunca se teve tantas reformas e tentativas constantes de retiradas de direitos, e a pandemia vem ceifando vidas e trazendo dor. E neste momento quero registrar a mais profunda gratidão a todos da diretoria, principalmente os novatos, por terem aceitado entrar neste mundo sindical. Não importa o cargo, o que importa é a luta e o que podemos fazer juntos. Recomendo sempre a prudência e aplicar sempre o bom senso. Sei da capacidade de todos. E o servidor também sabe, confia e espera muito de nós. Peçamos a Deus que continue nos abençoando e com certeza, com unidade e fé, vamos vencer. Coragem para lutar, coragem para vencer.

Francisco “Chiquinho” Carlos da Silva
Presidente do SINERPU-JF

EXPEDIENTE

Jornal do SINERPU-JF

Rua São Sebastião, 780, Centro, Juiz de Fora (MG)
CEP 36.015.410

Telefone: (32) 3215-1855
E-mail: sinerpujf@yahoo.com.br

Presidente: Francisco “Chiquinho” Carlos da Silva
Diretor de Comunicação: Joaquim Tavares
Jornalista responsável: Ailton Alves

Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Otoni Gráfica

AÇÃO COLETIVA PARA REVISÃO DO FGTS

O Servidor filiado ao SINERPU-JF está sendo representado em uma ação coletiva, movida para contestar e revisar os valores depositados no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A peça jurídica foi impetrada depois que o Sindicato assinou um contrato com a firma Kaheler & Pereira Advogados Associados.

Nesse momento não há necessidade que o servidor faça nada, já que é uma ação coletiva, mas aqueles que quiserem já podem deixar no Sindicato os documentos necessários, que serão utilizados na fase de cálculo, caso a sentença seja favorável – e que são os seguintes: 1) Cópia legível do RG, CPF, comprovante de residência e comprovante de renda; 2) Cópia dos extratos analíticos do FGTS

desde 1999, 3) Cópia legível da Carteira de Trabalho-CTPS (folha com a foto e o verso, folha com as anotações de contrato de trabalho e folha com as anotações sobre FGTS e PIS).

A ação de revisão do FGTS é possível porque desde janeiro de 1999 a TR/Taxa Referencial (índice estabelecido pela Lei n.º 8.177/91 para a correção dos valores depositados nas contas vinculadas do Fundo) começou a ficar defasada e não mais acompanhou a perda inflacionária chegando, em alguns meses, a ficar zerado. As ações visam, então, a troca deste índice por outros, como o INPC ou IPCA-E.



GARANTIA DOS ADICIONAIS DOS SERVIDORES DO DEMLURB

O SINERPU-JF conseguiu – através de resistência, articulações e argumentos – a alteração na Lei Complementar número 15, de junho de 2014, que trata da concessão do APCR (Adicional de Participação em Equipe de Coleta de Resíduos). A interpretação da norma estava causando injustiças e o benefício chegou a ser cortado – suspensão esta revertida após a mobilização do Sindicato, que promoveu uma ampla reunião para tratar do assunto (foto). Agora, a mensagem enviada à Câmara pela prefeita Margarida Salomão (PT) lista os servidores que fazem jus ao APCR: “Grupo de servidores

do Quadro de Servidores do DEMLURB que efetivamente estejam designados para a prestação de serviço de coleta de resíduos, através de caminhões diversos, containers móveis, em rota determinada, e veículos de coleta de resíduos dos serviços de saúde, bem como os profissionais que estejam trabalhando nas atividades de apoio direto à coleta, relacionadas à lavagem, lubrificação e abastecimento dos caminhões, checklist e alimentação do sistema intranet de controle dos caminhões responsáveis pela coleta dos resíduos



LUTA PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS DA SO



Outra batalha do SINERPU-JF é pela manutenção de uma conquista exercida há anos pelos servidores da Secretaria Municipal de Obras (SO): a prerrogativa dos servidores de folgar no dia do pagamento. Em diversas reuniões e encontros com representantes da Prefeitura o Sindicato tem deixado claro que não abrirá mão desse direito, exercido por trabalhadores que, em sua maioria, precisam dessa folga já que dependem, por exemplo, de membros da família para o procedimento bancário de sacar o pagamento.

REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DO PMAQ, QUE NÃO É QUITADO DESDE 2017

O SINERPU-JF conseguiu, junto com a categoria dos agentes de saúde, a regularização dos pagamentos relativos ao PMAQ (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Primária). O benefício foi quitado pela última vez em 2017, e agora a atual Administração Municipal reconheceu a dívida e vai pagar. Ainda este ano será quitado o débito referente a 2018, e o de 2019 será pago no ano que vem.

Uma Comissão e a secretaria municipal de Saúde vão levantar os valores devidos, tendo como base os relatórios apresentados nos respectivos anos pelas equipes inscritas no PMAQ.

APOSENTADORIA POR ALCOOLISMO TEM QUE SER INTEGRAL

O Departamento Jurídico do SINERPU-JF está à disposição de servidores que tenham se aposentado por alcoolismo, recebem os proventos de forma proporcional e queiram entrar na Justiça para pleitear a integralidade do benefício. Recentemente, a assessora jurídica do SINERPU-JF, Elisângela Márcia do Nascimento, ganhou uma ação nesse sentido para um trabalhador da Prefeitura, fiscal de posturas municipais. Ela enquadrou o caso como “alienação mental” por conta da bebida e a juíza de Direito Roberta Araújo de Carvalho Maciel, da primeira Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Juiz de Fora, acatou a tese e na sentença determinou a conversão da aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais para aposentadoria com proventos integrais, com pagamento das diferenças desde março de 2011 – data do afastamento.

SINSERPU-JF CONSEGUE 4,51% DE REPOSIÇÃO SALARIAL, COM RETROATIVIDADE EM JANEIRO

Os servidores públicos municipais tiveram, já a partir do contracheque de junho, uma reposição salarial de 4,51 % (relativo ao IPCA - índice de Preço ao Consumidor Amplo - do período). Além disso, ganharam a retroatividade em janeiro, em cinco parcelas (referentes de janeiro a maio) a serem quitadas de agosto a dezembro. A proposta da Prefeitura foi aprovada pelos servidores (98,1% dos que votaram) em assembleia virtual (por conta da pandemia, que impede reuniões presenciais) realizada no site e no facebook do Sindicato. A pauta de reivindicações da Campanha Salarial foi construída, com a

anuência dos servidores, também de forma virtual. As primeiras reuniões de negociações foram presenciais (foto), mas com o recrudescimento da pandemia passaram a ser on line.

O SINSERPU-JF continua em negociação com a Prefeitura sobre os demais pontos da pauta da Campanha. Um desses itens diz respeito ao ticket alimentação. O Sindicato já conseguiu a garantia da Prefeitura que não haverá perdas para ninguém, já que, segundo a secretaria municipal de Recursos Humanos, haverá um aumento na margem do desconto, para que a reposição salarial não atinja o limite de ninguém.



PAUTA DOS SERVIDORES DA AMAC TAMBÉM EM CURSO

Paralelamente, o SINSERPU-JF também negocia, em reuniões com a direção da AMAC e a secretária de Assistência Social Malu Machado, a pauta específica dos servidores da AMAC, também aprovada, por unanimidade, em assembleia virtual.

Os itens da Campanha Salarial 2021 da Associação: 1) Recomposição salarial pelo IPCA; 2) Adesão a um plano de saúde, contemplando toda a categoria; 3) Cumprimento da concessão do ticket alimentação, conforme acordo coletivo; 4) Garantia de vacinação contra a Covid-19 de todos os funcionários que lidam diretamente com o público; 5) Cumprimento integral do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), acordado entre a AMAC e o SINSERPU-JF, sob a anuência do Ministério Público Estadual (MP-MG); 6) Redução dos altos salários, das gratificações incorporadas e não incorporadas; 7) Promoção por mérito e antiguidade, deixando, por exemplo, de contratar

uma pedagoga e buscando a profissional nos quadros da AMAC, evitando, assim, a contratação externa; 8) Licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias e licença paternidade de 10 (dez) dias; 9) Licença para acompanhamento de familiar enfermo de 30 (trinta) dias por ano; 10) Condições dignas de trabalho, manutenção da frota de veículos e fornecimento de equipamentos de segurança do trabalho; 11) Criação de adicional de risco para os funcionários que laboram suas atividades diretamente com os cidadãos de rua e nas Casas que laboram suas atividades 24 horas, garantindo a proteção desses profissionais que tem sofrido muitas agressões no local de trabalho; 12) Publicação de salários no Portal da Transparência da AMAC, no site da Associação.

SINSERPU-JF CONSEGUE NA JUSTIÇA INCORPORAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO

Uma pendência de mais de 20 anos foi resolvida pelo SINSERPU-JF, e o Sindicato conseguiu na Justiça a incorporação nos quadros do município de Juiz de Fora de trabalhadores da AMAC aprovados em processos seletivos de 1998 e 2001. São ao todo 13 servidoras, que estavam ameaçados de "dispensa imotivada", sob alegação de "irregularidades em suas contratações".

Na ação, o SINSERPU-JF, conforme explicou a assessora jurídica do Sindicato, Elisângela Márcia do Nascimento, alegou o Princípio da Segurança Jurídica, a teoria do fato consumado e a prescrição de anulação dos atos administrativos. E o Tribunal Regional do Trabalho/3ª Região acatou os recursos.

PELO AJUSTE NO VALOR DO TICKET ALIMENTAÇÃO



Através de um ofício, protocolado na Prefeitura (foto), o SINSERPU-JF reivindica ajuste no valor do ticket alimentação, com aumento no teto. O documento tem como base um estudo que prova que houve, durante administrações passadas, um achatamento acentuado no número de servidores que ao ultrapassarem o teto perderam o benefício. "Com isso corrige-se uma injustiça com categorias que tem salários reduzidos e que são penalizadas no

momento em que trocam de letra ultrapassando o índice mínimo que impede a permanência do benefício", explicou o presidente do SINSERPU-JF, Francisco "Chiquinho" Carlos da Silva.

As tabelas, com a situação atual e a elaborada pelo SINSERPU-JF, com a proposta de correção, podem ser consultadas no Sindicato.

SERVIDORES DO DEMLURB SÃO INCLUÍDOS NO CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19



Após reiterados pedidos do SINSERPU-JF, a secretaria municipal de Saúde incluiu os servidores do DEMLURB no calendário prioritário de vacinação contra a Covid-19. Em maio, o Sindicato oficializou, junto à secretaria municipal de Governo Cidinha Louzada (foto), essa justa reivindicação. Agora, de acordo com o documento entregue, o SINSERPU-JF pleiteia o mesmo direito para os funcionários da Secretaria de Obras, da EMPAV, dos motoristas e todos aqueles que estão na linha de frente da prestação de serviços públicos essenciais, que não pararam nem um dia desde o início da pandemia, em março de 2020.

UM SINDICATO QUE ABRAÇA AS CAUSAS JUSTAS:



CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA!

Por entender que a Reforma Administrativa do Governo Federal é altamente danosa para o servidor público e para a sociedade em geral, o SINSERPU-JF vem participando de várias reuniões para discutir e rechaçar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 32/2020. A partir de maio, integrantes do Sindicato, com o apoio da FESERP-MG (Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais) estiveram nas audiências públicas convocadas para discutir o

assunto e traçar estratégias para barrar o projeto, promovidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pelas câmaras municipais de Araxá (foto 1) Juiz de Fora, Teófilo Otoni (foto 2) e São João Nepomuceno.

Em junho, os protestos foram nas ruas (foto 3). No início de agosto, uma delegação com dez diretores do SINSERPU-JF integrou uma caravana organizada pela FESERP-MG que participou, em Brasília (foto 4), de um grande Ato Nacional contra a Reforma Administrativa.



Foto 1



Foto 2



Foto 3



Foto 4

FORA BOLSONARO!



O SINERPU-JF participa, nas ruas, de protestos contra o Governo Bolsonaro, por não aceitar mais "o massacre produzido pela política econômica do governo federal", situação traduzida nos milhões de brasileiros desempregados, na alta de preços dos combustíveis, gás de cozinha e nas tarifas de energia elétrica e na inflação dos gêneros alimentícios. Além disso, foi lembrado o quadro atual da pandemia do coronavírus, tratada com desdém pelo Governo Bolsonaro e agora com denúncias de corrupção, de "um balcão de negócios" para a suposta aquisição de vacinas.

O DEMLURB É NOSSO!

O SINERPU-JF é totalmente contra a proposta da Prefeitura de extinguir o DEMLURB, substituindo-o por uma empresa estatal, a CELURB. E sob o lema "O DEMLURB é Nosso", o Sindicato promoveu atos de protestos e esclarecimentos sobre a posição da entidade. E não há dúvidas sobre os malefícios da ideia da Administração Municipal: 1) Hoje, os servidores do DEMLURB, em regime estatutário, são servidores públicos, têm estabilidade e todos os direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Plano de Cargos e Salários estabelecidos em Lei Municipal. Se a proposta da Prefeitura for aprovada, os funcionários da futura CELURB passam para o regime celetista e perdem todos os direitos: gratificações, adicional por tempo de serviço, triênio, tiquete alimentação e férias-prêmio, entre outros benefícios; 2) Os trabalhadores, que se aposentam pelo Regime Próprio de Previdência, passam a se aposentar pelo INSS, enfraquecendo o fundo de

previdência municipal; 3) A abertura de concurso público para o DEMLURB (determinada pelo Ministério Público Estadual) fica ameaçada; 4) Há um grande risco de, no futuro, a CELURB virar um grande "cabide de empregos"; 5) Não há garantia de emprego; 6) Os futuros gestores da CELURB terão autonomia para promover licitações; 7) Os critérios de admissão e demissão de servidores ficarão mais vulneráveis, e 8) Não serão resolvidos os problemas de "desvio de função".

Além disso, o SINERPU-JF estranhou a falta de diálogo sobre o assunto e alertou os consumidores sobre a previsão de uma tarifa de manejo de resíduos sólidos, citada no Projeto, de 4% mensais, a ser cobrada na conta de água.

A resistência do Sindicato deu resultados e a Prefeitura suspendeu a tramitação da proposta na Câmara e criou um Grupo de Trabalho para discutir melhor a questão, com a participação de seis diretores do SINERPU-JF (quatro titulares e dois suplentes).

PELO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM!

Na vanguarda da campanha pelo piso salarial da Enfermagem desde o ano passado, o SINERPU-JF defende a votação urgente do Projeto de Lei 2564/2020, que está na "gaveta" do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), por pressão dos empresários da Saúde e do Governo Federal. Com a pandemia do novo coronavírus, os profissionais do setor provam, mais uma vez o valor da enfermagem na sociedade brasileira. O Sindicato entende que o piso reivindicado e a jornada de 30 horas são mais

que justos para um trabalho tão especial.

Nesse sentido, diretores do SINERPU-JF participaram de vários atos pela aprovação do PL 2564, entre eles manifestações em Belo Horizonte (foto 1) e Juiz de Fora (foto 2), audiências públicas nas câmaras municipais de Juiz de Fora (quando conseguiram apoio dos vereadores locais - foto 3) e São João Nepomuceno, e um grande Ato Nacional em Brasília, no início de agosto (foto 4).



Foto 1



Foto 2



Foto 3



Foto 4

NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES!



O SINERPU-JF também se posiciona contra a privatização dos Correios (foto, em Ato realizado em Juiz de Fora), proposta - assim como outras privatizações de estatais - pelo governo de Bolsonaro, por entender que

"Os Correios representam uns dos serviços públicos mais antigos do país e sempre prestou um serviço de excelência e qualidade". O Sindicato entende que a finalidade da medida é "favorecer os grandes empresários".